



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012649-31.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata**
 Requerente: **Limper Dep Comercio de Produtos de Limpeza e Serviços Ltda Epp**
 Requerido: **BI Bittar Industria e Comercio de Papel Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido mercadorias da primeira ré, a qual emitiu duplicatas relativas ao respectivo pagamento.

Alegou ainda que esse negócio foi desfeito, mas mesmo assim as duplicatas foram protestadas.

Almeja ao cancelamento desses protestos, à declaração de inexigibilidade das duplicatas em apreço e ao recebimento de indenização por danos morais.

Assinalo de início que a autora e a ré **N A FOMENTO MERCANTIL LTDA.** celebraram a fls. 132/132v. acordo pelo qual esta declarou a inexistência do débito aqui versado, dispondo-se a providenciar a exclusão dos mencionados protestos.

Todavia, os termos do ofício de fl. 142 denotam que para tanto seria de rigor que determinação judicial alterasse o status dos títulos, não se podendo olvidar também que a questão posta diz respeito igualmente à ré **B L BITTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA.**, que não fez parte do ajuste.

Nesse contexto, reputo que não se pode imputar à segunda ré o descumprimento do acordo, mas isso não assume maior relevância diante da prolação da presente na esteira do postulado a fl. 137, A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, tomo como possível a pronta definição da pendência entre a autora e a ré **B L BITTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA.**

A ré é revel.

Citada regularmente (fl. 21), ela não compareceu à audiência e tampouco ofertou contestação (fl. 24), de modo que se reputam verdadeiros os fatos suscitados pela autora na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida relativamente ao cancelamento dos protestos e à declaração de inexigibilidade das duplicatas, ausente lastro a alicercá-las.

A mesma solução apresenta-se ao pedido para recebimento de indenização por danos morais, porquanto não pairam dúvidas quanto aos efeitos nefastos que um protesto provoca para a pessoa jurídica que o sofre, maculando-lhe a imagem perante terceiros.

Bem por isso, a ré haverá de ressarcir a autora por tais prejuízos, mas o valor da indenização não haverá de ser o postulado na exordial, que transpõe excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do constrangimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o abalo suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais em quatro mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para: a) declarar a inexigibilidade das duplicatas aludidas a fl. 06, f; b) cancelar definitivamente os respectivos protestos, tornando definitiva a decisão de fl. 18; c) condenar a ré **B L BITTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA.** a pagar à autora a quantia de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré **B L BITTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL LTDA.** não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760